
Portugal discute igualdade nas Nações Unidas

ANA CRISTINA PEREIRA 14/03/2016 - 19:51

Assembleia em Nova Iorque começou esta segunda-feira e decorre até dia 24.



PÚBLICO/ARQUIVO

A secretária de Estado da Igualdade, Catarina Marcelino, está na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a discutir o "empoderamento" das mulheres, a sua relação com os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável e a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres e raparigas.

Todos os anos, a Comissão do Estatuto das Mulheres aprecia os progressos feitos e lança novas recomendações. Pela primeira vez, Portugal faz parte dos países convidados a participar nas negociações das conclusões, disse Catarina Marcelino, por telefone, já no decurso da assembleia, que começou esta segunda-feira e decorrerá até ao próximo dia 24. Na prática,

uma técnica da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) integra a equipa europeia que irá negociar as conclusões. No seu entender, “isto é revelador do reconhecimento do que Portugal tem feito”.

A nova agenda global foi aprovada em Setembro pelas Nações Unidas e destina-se a todos os países, não apenas aos que se encontram em fase de desenvolvimento. O quinto dos 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável é alcançar a igualdade de género e trabalhar no reconhecimento e afirmação dos direitos das mulheres e as raparigas até 2030. Esse é o ano marcado para atingir o grau 50/50.

“A participação das mulheres tem de ir crescendo até haver total paridade. Isto é importante e tem de ser encarada de forma transversal e não avulsa”, salientou Catarina Marcelino. A secretária de Estado conta dirigir-se à Assembleia esta terça-feira à tarde ou quarta-feira de manhã para explicar o que o país está a fazer para alcançar a igualdade de género e para prevenir e combater a violência de género e doméstica.

Com a delegação oficial, viajou um membro da UMAR – Organização de Mulheres Alternativa e Resposta, uma escolha do conselho consultivo de ONG. Por sua própria conta, viajaram elementos da Associação de Mulheres Contra a Violência, do Graal e da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. Nos primeiros dias, as intervenções são mais políticas e depois segue-se um debate técnico.

COMENTÁRIOS
